

**Torre de S. Francisco, intervenção de urgência**

Vitor Cantinho [vitor.cantinho@gmail.com]

**Enviado:** terça-feira, 19 de Novembro de 2019 20:06**Para:** Assembleia Municipal**Categorias:** Impresso*20 11 2019  
275  
Assembleia*

---

Ex. mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O representante na Assembleia Municipal de Faro, eleito pelo Partido Popular Monárquico, vem por este meio apresentar para agendamento da próxima sessão ordinária deste órgão deliberativo, e no uso das disposições regulamentares e legais em vigor, a presente Recomendação ao Executivo Municipal de Faro.

- A Torre de S. Francisco, monumento notável e classificado, permanecendo há anos devoluto, abandonado e emparedado, e, para cúmulo da sua degradação geral, com o seu belo telhado desabado sobre uma cúpula de abóbada de aresta oitavada.
- Tendo em conta a imediata escritura e tomada de posse deste exemplar único do Barroco algarvio por parte do Município, de que nos congratulamos pelo acordo com os proprietários.
- Estando a partir deste mês de novembro já disponível para um projecto de intervenção e, restauro que bem merece, por ser uma edificação do séc. XVIII do arquitecto farenses Diogo Tavares e Ataíde, tal como muitos outros monumentos intervencionados por este artista como a magnífica Igreja do Carmo e, também a de S. Francisco.
- Aproximando-se a época de inverno e com índices de maior pluviosidade.

Todos estes factos conjugados, levam-nos a propor, por emergência, uma intervenção imediata com a colocação de uma tela provisória sobre o edifício e, desse modo, impermeabilizando-o provisoriamente antes das chuvas, junto com a remoção de todo o entulho que desabou sobre a abóbada existente e não visível, bem como os tijolos de todas as suas vãos de arejamento que, deverão também levar telas de protecção.

O membro da A. M.

Vítor Reis Cantinho

## VOTO DE SAUDAÇÃO

### 44 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975

Comemora-se hoje, o 44.º aniversário do 25 novembro, o movimento que conteve a ala radical do Movimento das Forças Armadas, apoiada pela extrema-esquerda, e determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português.

No caminho da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de Abril. O “25 de novembro”, foi um ato singular e irrepetível da nossa história e marcou o fim da transição revolucionária.

O povo português soube, não sucumbindo às manobras táticas e estratégicas de uma franja radical da sociedade portuguesa, que podiam ter resvalado numa guerra civil com os efeitos nefastos inerentes, rejeitar uma visão autocrática e internacionalista de Portugal

O povo português conseguiu, com firmeza, romper com a ditadura de 40 anos e aceitar um caminho diferente, que nos salvou de uma nova ditadura de sinal contrário.

Essa viragem foi decisiva para que Portugal, aceitasse pluralmente uma continuidade exemplar na política de integração europeia e ocidental. Com efeito, este entendimento vigorou, nos últimos quarenta e quatro anos, e foi partilhado pela esmagadora maioria do povo português.

Neste contexto, importa salientar o contributo dos partidos democráticos e a resistência imensurável de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um país democrático, prestigiado, aberto e tolerante, integrado na União Europeia, em pleno desenvolvimento.



É sob o signo dessa unidade feita pela história que celebramos, uma vez mais, o dia que garantiu o caminho pacífico e democrático do nosso povo. Alguns poderão achar que esta evocação é supérflua, outros pugnarão por assinalar este momento como um dia de liberdade e democracia.

**Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Faro, reunida a 25 de novembro de 2019, que:**

**Aprove um voto de saudação dedicado a todos aqueles que, em 25 de Novembro de 1975, colocaram Portugal na senda da Democracia, da Paz e da Liberdade iniciada a 25 de Abril de 1974. Dar solene testemunho da nossa gratidão a todos os que souberam, com notável aprumo militar e grande coragem moral, cumprir o seu dever, bem como prestar comovida homenagem àqueles que tombaram em defesa da liberdade.**

Faro, 25 de Novembro de 2019

Pelo Grupo Municipal do CDS-PP

Pedro Valente

Ligia Santos

## Moção

### Pela abolição das portagens na Via do Infante

A introdução de portagens em todas as concessões SCUT de norte a sul do País foi decidida por um governo do PS em 2010. Foi um governo do PSD e do CDS que, em dezembro de 2011, concretizou esta medida na Via do Infante. E foram PS, PSD e CDS que rejeitaram, nos últimos oito anos, todas as propostas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República para a abolição das portagens.

A introdução de portagens na Via do Infante foi uma medida profundamente lesiva dos interesses do Algarve, com repercussões muito negativas na mobilidade dos cidadãos e na atividade económica da região, contribuindo para o aumento das dificuldades sentidas pelas empresas, para a destruição de emprego e para o agravamento da sinistralidade rodoviária.

A Via do Infante não tem alternativas válidas. A EN 125, que em partes significativas do seu traçado é uma autêntica artéria urbana, com inúmeras rotundas, cruzamentos, semáforos e passadeiras de peões, não tem características adequadas ao tráfego interurbano, nem as adquirirá após a conclusão das obras de requalificação (as quais se arrastam penosamente há vários anos e não têm fim à vista, por responsabilidade dos anteriores Governo PSD/CDS e PS).

Perante as consequências profundamente negativas da introdução de portagens na Via do Infante e a legítima contestação por parte das populações e dos agentes económicos, PS, PSD e CDS têm tentado apagar as suas responsabilidades neste processo, com o PSD e o CDS a destacarem-se pela mais profunda demagogia e o mais descarado oportunismo.

Quando, em finais de 2010, o Governo PS de então anunciou a sua intenção de introduzir portagens na Via do Infante a partir do dia 15 de abril de 2011, o PSD insurgiu-se contra esta medida, considerando-a “uma ignomínia contra o Algarve” e apelando “aos seus militantes e simpatizantes para aderirem à manifestação de revolta que certamente as forças vivas da sociedade algarvia não deixarão de convocar”, pois tal medida era inaceitável “sob todos os aspetos: político, económico e moral. Com isenções, descontos e exceções ou sem elas”.

Quanto ao CDS, na campanha eleitoral das eleições legislativas de junho de 2011, elegeu a não cobrança de portagens na Via do Infante como um dos seus cinco compromissos com a região algarvia.

Após as eleições, PSD e CDS deram o dito por não dito e apressaram-se a concluir o processo de introdução de portagens na Via do Infante iniciado pelo anterior Governo do PS.

Posteriormente, já novamente na oposição, o PSD insurgiu-se contra as portagens na Via do Infante e recorreu a uma aritmética manhosa para tentar responsabilizar o PCP pela sua manutenção. Se o valor das portagens foi reduzido em 15% e não nos 50% que o PS havia prometido nas eleições legislativas de 2015, isso deve-se única e exclusivamente a uma opção



do PS e do seu Governo. Embora de sentido positivo, esta redução de 15% é manifestamente insuficiente, ficando aquém daquilo que seria justo e necessário: a abolição das portagens.

A cobrança de portagens nas ex-SCUTs não é uma inevitabilidade. É uma opção política de PS, PSD e CDS, visando reduzir as despesas do Estado com as concessões rodoviárias em regime de parceria público-privada sem, contudo, tocar nas fabulosas rendas auferidas pelos grupos económicos que as exploram. Sucessivos governos destes três partidos optaram por onerar os cidadãos e as empresas com portagens, em vez de, como medida de salvaguarda do interesse público, proceder à extinção das ruinosas parcerias público-privadas.

Não era uma inevitabilidade recorrer a uma parceria público-privada na Via do Infante. A construção dos lanços que vão desde a fronteira com Espanha até Alcantarilha, que representam 70% da extensão total da Via do Infante, foram financiados pelo Orçamento do Estado com comparticipação de fundos comunitários; apenas os restantes 30% é que foram construídos no regime de parceria público-privada.

O recurso a uma parceria público-privada representa uma opção verdadeiramente ruínosa para o Estado e um chorudo negócio para os privados, os quais, sem correrem qualquer risco, beneficiam de elevadíssimas taxas de rentabilidade. Foi exatamente para arrecadar receita para transferir para os parceiros privados da parceria público-privada que foram introduzidas portagens na Via do Infante. Uma opção que visou preservar os avultados lucros dos privados à custa do sacrifício das populações e da economia regional.

PS, PSD e CDS argumentam que se não forem cobradas portagens, os encargos com a concessão da Via do Infante recairão sobre os contribuintes, já que esses encargos terão de ser custeados pelo Orçamento do Estado. Com este falso argumento procuram esconder que há uma solução para o problema dos ruínosos encargos com as parcerias público-privadas que protege os utentes da Via do Infante e também os contribuintes: a reversão das parcerias público-privadas.

Só há portagens na Via do Infante porque essa tem sido a opção de PS, PSD e CDS. O PCP rejeita essa opção e persistirá na sua luta até que as portagens sejam abolidas, em toda a extensão da Via do Infante e para todos os veículos.

Assim, a Assembleia Municipal de Faro, reunida no dia 2019-11-25, delibera:

- 1. Exigir ao Governo que proceda à imediata abolição de portagens na Via do Infante, devolvendo esta importante infraestrutura rodoviária às populações e à região;**
- 2. Dar conhecimento desta moção às restantes Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve, à AMAL, ao Governo, à Assembleia da República e à Comunicação Social.**

Faro, 2019-11-25.

Os eleitos da CDU/PCP na Assembleia Municipal de Faro.

## VOTO DE PESAR

### *PELO FALECIMENTO DE JOSÉ MÁRIO BRANCO*

Morreu na passada terça-feira, 19 de novembro 2019, José Mário Branco, músico que ao longo de meio século de carreira deixou a sua marca na cultura portuguesa e em várias gerações de artistas. A sua vida foi marcada igualmente pela intervenção política, pelo combate às opressões e à desigualdade social.

Regressado a Portugal após a revolução do 25 de Abril, torna-se uma das figuras da cultura portuguesa nos primeiros tempos de liberdade. Para além das inúmeras intervenções musicais, estende a sua atividade ao teatro, integrando o grupo A Comuna, onde veio a conhecer a sua companheira Manuela de Freitas, mas também ao cinema e à ação cultural, fundando com Fausto, Tino Flores e Afonso Dias o GAC - Grupo de Ação Cultural - Vozes na Luta logo após chegar a Portugal. O GAC dinamizou centenas de sessões de canto em aldeias, fábricas e quartéis por todo o país, participando inclusivamente no Festival da Canção de 1975 com o tema "Alerta".

No período pós-revolucionário compõe e edita duas das suas maiores obras musicais, "FMI" e "Ser Solidário", que ficariam para sempre como a marca da desilusão por parte de uma geração que entregou a sua juventude ao processo revolucionário e assistia então ao desfazer das esperanças de construir uma sociedade socialista em Portugal. O cantor conclui o período com a canção e autêntico manifesto: "Eu vim de longe, eu vou para longe" do disco "Ser Solidário".

Edita um álbum de canções ao vivo em 1997 e dois anos depois participa na fundação do Bloco de Esquerda, de que foi membro da Mesa Nacional, num tempo marcado pela mobilização pela independência de Timor, da qual viria a tomar o título do álbum seguinte, já em 2004, "Resistir é Vencer".

Cinco anos depois, regressa aos palcos ao lado de Fausto e Sérgio Godinho no projeto “Três Cantos”, com vários dias de concertos no Campo Pequeno, depois editados em álbum e DVD.

Em 2018 deu a conhecer um conjunto de canções e composições gravadas com o álbum “Inéditos 1967-1999” e já este ano viu um grupo de artistas prestarem-lhe tributo com o álbum “Um disco para José Mário Branco”, que reuniu nomes como Camané, Ana Deus, Mão Morta, Walkabouts, Peste & Sida, Ermo, Osso Vaidoso, Batida, JP Simões e João Grosso, entre outros.

**Assim, a Assembleia Municipal de Faro, reunida em 25 de novembro de 2019, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:**

1. Manifestar a sua profunda consternação pela morte do cidadão exemplarmente empenhado que foi José Mário Branco e exprimir aos seus familiares, amigos e camaradas o seu sentido pesar, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem.

O membro do BE na Assembleia Municipal de Faro

## VOTO DE CONDENAÇÃO PELO GOLPE DE ESTADO NA BOLÍVIA

O golpe de Estado em curso na Bolívia representa mais um episódio da longa saga de repressão, ingerências externas e autoritarismo que marca a história da América Latina.

Este derrube inconstitucional, que levou à renúncia forçada do Presidente Evo Morales, do Vice-Presidente Álvaro García Linera e restantes ministros, foi instigado pelas ameaças do general Kaliman, comandante das Forças Armadas da Bolívia, às quais se seguiram ataques às residências dos governantes e seus familiares, tomada de reféns e ameaças de morte ao próprio presidente, ministros, parlamentares, governadores e autarcas afetos ao seu partido, o MAS - Movimento ao Socialismo.

Antevê-se agora um assalto ao poder das forças golpistas que, mesmo sabendo que os protestos anteriores sobre a contagem do sufrágio das eleições presidenciais tinham sido atendidos abrindo o caminho para uma repetição do ato eleitoral, decidiram ainda assim consumir o fim da legalidade democrática. É disso exemplo a autoproclamação da senadora Jeanine Áñez como a presidente interina do país.

Dos confrontos até agora registam-se mais de 30 mortos, centenas de feridos, e vários sequestros de ativistas políticos. Exemplo desses ataques foi o perpetrado por um conjunto de manifestantes opositores a Evo Morales que arrastaram a autarca da cidade de Vinto pelas ruas, cortaram-lhe o cabelo e cobriram-na de tinta vermelha, sendo ainda coagida a assinar uma carta de demissão.

Para proteger a vida e a integridade física de Evo Morales, foi-lhe garantido asilo político no México. A Assembleia Municipal de Faro não pode deixar de se pronunciar acerca destes graves acontecimentos.

*Assim, a Assembleia Municipal de Faro, reunida no dia 25 de novembro de 2019, delibera:*

***Condenar o golpe de Estado na Bolívia e apelar ao regresso do país à ordem constitucional e ao quadro democrático.***

O membro do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal



## **VOTO DE CONDENAÇÃO E PREOCUPAÇÃO COM A SITUAÇÃO NO CHILE**

As manifestações que, nas últimas semanas, levaram milhões de cidadãs e cidadãos chilenos às ruas, exigindo melhores condições de vida e reivindicando o direito à saúde, à educação e a pensões justas, vieram apelar à dignidade de um povo que, por demasiado tempo, tem visto o seu país cair num fosso de desigualdades económicas e sociais. O Chile é um dos 10 países mais desiguais do mundo.

O aumento do preço dos transportes públicos espoletou a indignação popular e iniciou um conjunto alargado de protestos contra a pobreza e as desigualdades, legado das décadas de políticas neoliberais levadas a cabo no país. Ao ser confrontado com os protestos populares, o Presidente Sebastián Piñera declarou o “estado de emergência” em diversas regiões do país, avalizando assim as violentas repressões policiais e militares que provocaram a morte de dezenas de chilenos e feriram mais de 500 pessoas.

As manifestações pacíficas levaram mais de 1 milhão de pessoas às ruas da capital chilena, mas a resposta presidencial foi a de declarar guerra ao seu povo – “Estamos em guerra contra um inimigo poderoso e implacável” – e de chamar os militares para as ruas. Assiste-se à supressão de direitos fundamentais do povo chileno, o que não pode deixar ninguém indiferente.

*Assim, a Assembleia Municipal de Faro, reunida no dia 25 de novembro de 2019, delibera:*

- 1. Manifestar a sua solidariedade com o povo chileno e preocupação com a situação do país;***
- 2. Condenar a violência exercida sobre o povo chileno e a violação dos direitos fundamentais e democráticos de todas e todos os cidadãos detidos;***
- 3. Apelar à investigação de todos os crimes perpetrados nas últimas semanas, exigindo o cabal esclarecimento de todas as responsabilidades.***

O membro do Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia